



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 729/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1534/2015 (06 Volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Fundação Televisão e Rádio Cultura do Amazonas – FUNTEC.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sra. Wânia Tereza de Assis Lopes, Diretora-Presidente da FUNTEC, à época.

6- Unidade Técnica: DICA/AM – Informação nº 90/2016 (fls. 1165/1169).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 37002016-DMP-MPC-FCVM, do Dr. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 1170/1174).

8- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundação Televisão e Rádio Cultura do Amazonas. Exercício de 2014.

Contas Regulares com Ressalvas. Multa. Prazo. Recomendação à FUNTEC.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regulares com Ressalvas a Prestação de Contas Anual da Fundação Televisão e Rádio Cultura do Amazonas - FUNTEC, exercício financeiro de 2014, sob a responsabilidade da Senhora **Wânia Tereza de Assis Lopes**, na Qualidade de Diretora-Presidente da FUNTEC.

9.2- Multar à Sra. Wânia Tereza de Assis Lopes, na Qualidade de Gestora da FUNTEC, no valor de **R\$ 4.468,42** (Quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e dois centavos), com fulcro no Art. 53, Parágrafo Único, da Lei Orgânica 2.423/96 com a nova redação dada pelo art. 2º da Lei Complementar nº 114/2013, em face das restrições não sanadas, relacionadas aos subitens 11.1, 11.2, 11.3, 11.4, deste relatório/voto, (itens, 3, 17, 20, e 21, do Relatório Conclusivo nº 34/2015-DICA/AM).

9.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para recolhimento da multa aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III, “a”, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 169, I, do Regimento Interno deste Tribunal, autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, nos termos do art. 173, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 729/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.4- Recomendar à FUNTEC, com base no exercício de sua função pedagógica, que nos próximos exercícios:

9.4.1- busque a devida execução de despesas com Investimentos, trazendo ao órgão, assim, melhorias em sua infraestrutura e expansão de seus objetivos constitutivos;

9.4.2- satisfaça a defasagem de seu quadro de pessoal por meio de servidores concursados, nos exatos termos impostos pelo art. 37, II da Constituição Federal;

9.4.3- abstenha-se de realizar despesas de forma fracionada, em descumprimento ao art. 23, § 5º, e ao art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993, haja vista que tal irregularidade pode resultar em grave infração à norma legal;

9.4.4- adote providências no sentido de implementar um efetivo Controle Interno, cumprindo o que estabelece o Art.45.

11- Ata: 31ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 30 de Agosto de 2016.

13-Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14-Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral